Centrão aguarda volta de Lula do exterior para destravar negociações sobre ministérios

Caciques esperam o presidente para discutir ministérios e condições de apoio ao quarto mandato

REPRODUÇÃO REDE SOCIAL



Hugo Motta, Davi Alcolumbre, líder do PT, Pedro Uczay, e ministro José Guimarães comemoram ajuste com o governo

Por **Beatriz Matos**

Uma foto divulgada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nas redes sociais na sexta-feira (13), sinaliza o momento da relação entre o Palácio do Planalto e a cúpula do Congresso Nacional. Ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), do ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, e do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), Motta demonstrou disposição para avançar com o pacote de ajuste fiscal do governo. Mas deixou em aberto uma nova rodada de conversas: "Acertamos também que, assim que o presidente Lula voltar de viagem, trataremos de outras agendas".

A expectativa pelo retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Brasil, entre esta segunda-feira (16) e terça-feira (17), mobiliza dirigentes partidários que negociam espaço no próximo governo. Enquanto o Executivo acumula vitórias no Legislativo e busca aprovar medidas consideradas fundamentais para o início do quarto mandato, integrantes do centrão reivindicam uma participação mais robusta na Esplanada dos Ministérios.

O movimento ocorre em meio à cobrança do Palácio do Planalto por maior fidelidade dos partidos de centro nas votações. Dispostos a integrar a próxima gestão do presidente Lula, os partidos defendem que o compromisso com a agenda governista seja acompanhado de uma redistribuição dos espaços de poder. Na avaliação de presidentes partidários, o espaço que algumas siglas ocupam no governo é menor do que o peso que têm no Congresso.

Lula encerra nesta segunda-feira sua agenda internacional na Espanha, onde tem encontro previsto com o primeiro-ministro Pedro Sánchez. No retorno, deve receber do presidente nacional do PT, Edinho Silva, um balanço das conversas conduzidas nas últimas semanas com dirigentes partidários. A partir daí, a expectativa é que o próprio presidente assuma a etapa decisiva das tratativas, discutindo nomes, ministérios e as condições para a formação da base aliada.

Entre os interlocutores com os quais Lula pretende conversar estão os presidentes nacionais do PSD, Gilberto Kassab, e do Republicanos, Marcos Pereira. As legendas já apresentaram suas demandas à direção petista, mas aguardam uma definição diretamente do chefe do Executivo sobre o espaço que poderão ocupar.

A construção de uma maioria foi defendida por Edinho Silva na sexta-feira, após a primeira reunião do Diretório Nacional do PT desde as eleições. O dirigente confirmou que as negociações ministeriais estão em andamento e ressaltou que a composição do governo deverá envolver compromissos com as prioridades defendidas por Lula durante a campanha.

"Estamos conversando com os partidos para definir os ministérios. Uma agenda de Brasil. Não é só compor governo", afirmou. "Se nós conseguirmos compor com os partidos que nos deem sustentação, é evidente que fica mais tranquilo."

MINISTÉRIOS DE PESO

Entre as siglas que buscam ampliar a participação no governo estão PP e Republicanos. Apesar de terem apoiado a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições, os dois partidos mantêm interlocução com o Planalto e trabalham para integrar a próxima gestão.

O Republicanos aposta na posição de Hugo Motta, que busca a reeleição para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro, como um dos principais argumentos para ampliar sua representação no Executivo. A legenda reivindica uma segunda pasta e pretende ocupar espaços com maior capacidade de execução de políticas públicas.

O PP, por sua vez, considera insuficiente a participação representada pelo Ministério do Esporte e busca uma estrutura com maior orçamento e influência política. Entre as áreas que despertam interesse das legendas estão Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, justamente algumas das pastas mais estratégicas para o projeto político do PT.

A disputa esbarra na resistência dos petistas em abrir mão de ministérios responsáveis por programas associados diretamente à imagem de Lula. No Desenvolvimento Social, por exemplo, está concentrada a gestão do Bolsa Família, uma das principais vitrines do governo.

O PSD trabalha para preservar sua participação na Agricultura e ampliar a presença em setores de infraestrutura. Kassab tem como argumento nas negociações a neutralidade adotada pelo partido no segundo turno, quando a direção nacional liberou os diretórios estaduais para definir seus posicionamentos.

O MDB também pretende preservar sua representação no primeiro escalão, enquanto o União Brasil negocia sua participação no novo mandato em meio às articulações pela permanência de Davi Alcolumbre no comando do Senado Federal.

FIDELIDADE

O principal entrave nas conversas é a dificuldade de os dirigentes assegurarem que suas bancadas acompanharão integralmente as orientações do Executivo na Câmara e no Senado. Partidos como PSD, MDB, União Brasil e PP reúnem parlamentares de diferentes perfis ideológicos, incluindo nomes alinhados à oposição.

As lideranças defendem que o Planalto considere essas divergências na negociação. A adesão de uma legenda ao governo, não significa que todos os seus integrantes votarão de maneira uniforme em temas econômicos, sociais ou de segurança pública.

A posição contrasta com o modelo de governabilidade defendido pelo ministro José Guimarães, que já manifestou preferência por uma base menor, desde que coesa e comprometida com as políticas do Executivo. O objetivo do governo é evitar a repetição de situações do atual mandato, em que partidos contemplados com ministérios não necessariamente acompanharam as orientações governistas em votações importantes.

O comportamento dos senadores na última semana mostra esse desafio. O projeto de ajuste fiscal teve sua urgência aprovada por uma margem de apenas dois votos, mas recebeu o apoio de 45 parlamentares na votação do texto-base. O avanço da proposta, relatada por Eduardo Braga (MDB-AM), ocorreu após mudanças que incorporaram demandas de senadores governistas e da oposição.

Ainda restam quatro destaques, previstos para serem analisados nesta terça-feira, antes do envio do projeto à Câmara. Hugo Motta já sinalizou que dará prioridade à medida, mas pretende discutir o calendário na reunião com os líderes das bancadas.

Outra demonstração da capacidade de articulação do governo ocorreu no início do mês, com a aprovação da PEC da Segurança Pública. A proposta do Executivo recebeu 75 votos favoráveis e nenhum contrário no segundo turno no Senado, após a decisão de separar do texto as emendas sobre redução da maioridade penal.

COMANDO DO CONGRESSO

A distribuição dos ministérios também ocorre em paralelo às negociações pelas presidências da Câmara e do Senado. A permanência de Motta e Alcolumbre na base governista e no comando das duas Casas é vista como estratégica pelo Planalto, que terá de lidar com uma oposição fortalecida na próxima legislatura.

Um dia após a vitória eleitoral, Lula recebeu os dois presidentes no Palácio da Alvorada e sinalizou apoio às suas reeleições. Desde então, o diálogo entre os três passou a integrar a construção das alianças para 2027.

A situação de Alcolumbre, é mais delicada. O PL oficializou a candidatura do senador Rogério Marinho (RN) à presidência do Senado, e a senadora Tereza Cristina (PP-MS) também articula sua entrada na disputa. O cenário amplia a importância do apoio do governo ao atual presidente da Casa e coloca as negociações ministeriais no mesmo radar das eleições internas do Legislativo.

Lula pretende concluir as tratativas para a formação da nova equipe antes do fim do ano. Até lá, precisará conciliar as reivindicações dos partidos de centro, os interesses do próprio PT e os compromissos assumidos com aliados durante a campanha.

O apoio conquistado nas primeiras votações após as eleições será um dos parâmetros dessa negociação. O desafio do Planalto será transformar as maiorias construídas em uma base capaz de sustentar os próximos quatro anos de governo.